

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES**QUILOMBOS: história de resistência e o papel das mulheres****QUILOMBOS: History of resistance and the role of women****Tânia Valéria Luz de Sousa¹
Willyane de Andrade Alvarenga²****RESUMO**

Este estudo busca investigar o processo de resistência à escravidão dos povos quilombolas no Brasil. A escravidão causou graves consequências para o povo negro e desde a criação do sistema escravocrata na qual a população negra vem resistindo e lutando por dignidade humana. Os quilombos são o símbolo dessa luta. As mulheres foram e ainda são o alicerce dessas comunidades que enfrentam desafios como ausência de reconhecimento e consequentemente de políticas públicas que são essenciais para a igualdade social. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sistematizada em artigos, livros e publicações recentes compreender como surgiram os quilombos, conhecer a luta por sobrevivência dessas comunidades e descrever a importância das mulheres para a conservação e permanência dos quilombos.

Palavras-chave: Quilombos. Resistência. Mulher Quilombola

ABSTRACT

This study aims to investigate the process of resistance to slavery among quilombola peoples in Brazil. Slavery caused serious consequences for black people and since the creation of the slave system in which the black population has been resisting and fighting for human dignity. Quilombos are the symbol of this struggle. Women were and still are the foundation of these communities that face challenges such as a lack of recognition and consequently of public policies that are essential for social equality. A systematic bibliographical research was carried out in articles, books and recent publications to understand how quilombos emerged, learn about the struggle for survival of these communities and describe the importance of women for the conservation and permanence of quilombos.

Keywords: Quilombos. Resistance. Quilombola Woman.

¹ Aluna da Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí a nível de Mestrado.

E-mail: valeria.sousa@ifma.edu.br

² Willyane de Andrade Alvarenga: Dra. em Ciências. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas.

E-mail: willyalvarenga@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A escravidão trouxe enormes sequelas para a população negra que podem ser observadas atualmente. Clóvis Moura (2020) apontou que os colonizadores dominaram vários países e roubaram as riquezas, a religião, a cultura e trataram o povo dominado como bárbaro e utilizaram da ciência, da biologia e da antropologia para explicar por que esse povo seria menos desenvolvido e por isso deveria ser dominado.

Otávio Ianni (1978), destaca que “as formações sociais escravistas do Novo Mundo são essencialmente determinadas pela produção mercantil” (Ianni,1978, p.17) em um primeiro momento, e em um segundo momento, após o século XVIII elas passaram a ser determinadas pelo capital industrial. Ou seja, antes do século XVIII a exploração e a escravidão desempenharam papéis cruciais na produção de bens destinados ao comércio internacional, como o açúcar, o tabaco e outros produtos agrícolas. Com a Revolução Industrial, as relações sociais, econômicas e políticas nas sociedades do Novo Mundo foram cada vez mais influenciadas pelo capitalismo industrial emergente gerando impactos profundos na organização da sociedade, nas relações de trabalho e nas condições de vida das pessoas, ocasionando assim a desigualdade social (Ianni, 1978).

Foi dentro desse cenário de economias cada vez mais diversificadas que iniciativas para acabar com a escravidão surgiram, não apenas por conta da rebeldia dos escravizados, mas também “devido a controvérsias e a antagonismos entre brancos, ou grupos e facções das camadas dominantes. Em geral, a abolição da escravatura foi um negócio de brancos” (Ianni, 1978, p. 36), e cada país teve sua especificidade política e econômica para que a abolição acontecesse.

Ainda, Ianni (1978) ressalta que “a abolição da escravatura foi uma transformação revolucionária das relações de produção”, pois quando possibilitou a generalização do trabalho livre, trouxe novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas; e transformou “as relações e estruturas de castas, específicas do escravismo, em relações e estruturas de classes sociais, características do capitalismo” (Ianni, 1978, p.38)

Após a abolição, a população negra continuou sendo marginalizada. Políticas públicas não foram criadas para inserir a população negra com dignidade na sociedade.

Como consequência disso, observa-se que, no Brasil, por exemplo, a maioria da população negra é pobre, possui os empregos menos valorizados, é a que mais adoece e que mais sofre violência, além de ser frequentemente exposta aos preconceitos raciais (IBGE, 2019), o que exige ainda grandes reflexões sobre as maneiras de combater e derrotar as desigualdades sociais.

Entretanto, antes mesmo de ser “beneficiada” com a abolição da escravatura, não houve a aceitação da imposição da escravidão e dos maus-tratos advindos dela, a população escravizada protestou e resistiu às condições subumana que lhe foram impostas (Moura, 2021). O grande símbolo dessa resistência foram os quilombos.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é investigar a resistência do povo quilombola à escravidão no Brasil, desde os tempos da escravidão até nos dias atuais, enfatizando a luta das mulheres no processo de luta e preservação. Para isso, torna-se necessário compreender como surgiram os quilombos, conhecer a luta por sobrevivência dessas comunidades e descrever a importância das mulheres para a conservação e permanência dos quilombos. Assim, este estudo se utiliza da pesquisa bibliográfica a qual nos fornece uma compreensão mais sólida de conceitos e uma análise aprofundada de pesquisas existentes que fundamenta de modo consistente e crítico essa pesquisa.

2 A RESISTÊNCIA DE UM POVO

A instituição quilombo desenvolveu-se na região cultural de bantu, na África e se transformou em uma instituição política e militar composta principalmente por homens, os quais passavam por rituais de iniciação que tinha o propósito de unificar e integrar esses indivíduos e lhes conceder habilidades de grandes guerreiros. Desse modo, podemos encarar o quilombo brasileiro como uma adaptação do quilombo africano.

O termo “quilombo” abrange vários conceitos sendo um deles elencado por Munanga (1996):

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (Munanga, 1996, p.58).

Apesar de ser um modelo parecido com o bantu, o quilombo brasileiro recebeu influências diversas ao unir africanos de diferentes áreas culturais e outros descontentes não-africanos e transformaram essas regiões em campos de iniciação à resistência, abertos a todos os oprimidos da sociedade, independentemente de sua origem étnica, como “fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados”. (Moura, 2022. p. 31)

O quilombo representava a forma básica de rejeição ao sistema escravista. Para Moura (2020) ele foi a principal, mas apenas uma das formas de resistência, já que outras abordagens de luta contra o escravagismo “como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-domato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período” (Moura, 2020, p.26).

Movidos por revolta os escravizados organizaram-se para fugir das senzalas e plantações. Torres (2021) revela que os locais de fuga eram áreas remotas e de difícil acesso no território brasileiro para dificultar a captura. A liberdade era o motivo primordial para que as rebeliões acontecessem, entretanto, era necessário sobreviver nesses locais. Assim sendo, as pessoas rebeladas ficavam unidas e organizadas, “o que lhes possibilitava a defesa, a produção, a construção de moradia e a liberdade” (Torres, 2021, p.126).

Era imenso o número de quilombos no Brasil colonial e ocupavam todo o território nacional. O que demonstra que os escravizados não eram nada passivos com a situação que eles viviam no sistema escravagista, que se rebelavam tanto contra a violência recebida, quanto a ausência de liberdade para preservarem sua cultura e religião (Moura, 2021).

Os quilombos poderiam variar de tamanho e como resultado disso eles se estruturavam de acordo com o número de pessoas que estavam inseridas. As atividades laborais eram de acordo com as especificidades dos escravizados. Havia quilombos agrícolas, mineradores, extrativistas, de serviços, mercantis e predatórios. Este último vivia de saques e era itinerante. De acordo com Torres (2021), os quilombos podiam ser grandes ou pequenos, terem longa ou pequena duração. Aquele com maior duração, mais organizado e maior em termos populacionais e de resistência foi o Quilombo dos Palmares.

O Quilombo dos Palmares se tornou o mais importante da história. Munanga (2006) relata que ele era formado por diversos quilombos se tornando uma arma forte contra a escravidão. Torres (2021) evidencia que em Palmares poderia ter comportado cerca de 30 mil pessoas.

Outro fator que declarara a importância desse quilombo foi sua localização geográfica de difícil acesso, dificultando as investidas das forças coloniais, fazendo-o resistir por décadas se tornando o mais longínquo da história, perante a grande organização, liderança marcante e estratégica de Zumbi dos Palmares que foi primordial na resistência contra as várias tentativas de destruição do quilombo.

Palmares causou transtornos para as duas administrações da Capitania, Holanda e Portugal sendo tratado como o “inimigo de portas adentro”, pois não se alinhava com a intenção de domínio e colonização pretendida pelos holandeses. Os negros que estavam fora do Quilombo dos Palmares consideravam o líder Zumbi como "imortal" e viam nele a chama da resistência contra as investidas dos colonizadores brancos, conforme destacado por Carneiro (1958). Essa percepção reflete o impacto significativo de Zumbi como símbolo de resistência e liderança na luta contra a opressão colonial.

Todo esse destaque tornou Zumbi como grande alvo dos colonizadores. No dia 20 de novembro de 1695, Zumbi foi traído por um de seus aliados, capturado e morto pelas tropas de Domingos Jorge Velho. Na data da sua morte é celebrado o Dia da Consciência Negra no Brasil, tornando sua figura ainda mais viva como símbolo de luta e resistência contra a escravidão.

Embora muitos quilombos tenham sido destruídos ao longo do tempo, outros conseguiram sobreviver, tornando-se comunidades quilombolas contemporâneas, nomeadas de comunidades remanescentes de quilombos. Essas comunidades são territórios de resistência cultural e sofrem vários percalços, visto que os quilombolas, como elenca Torres (2021), “lutam bravamente para neles (nos quilombos) permanecerem, diante da constante ameaça e da violência perpetrada por fazendeiros, por mineradoras, pelo agronegócio, reflorestadoras e outros” (Torres, 2021. p.186).

De acordo com o decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

As comunidades remanescentes atuais ainda enfrentam desafios por reconhecimento territorial, conflitos fundiários, acesso precário a serviços básicos, preservação cultural, impactos ambientais, participação política limitada e enfrentamento do racismo. Existe grande disputa por terras quilombolas muitas vezes resultando em conflitos e violência, com comunidades quilombolas frequentemente enfrentando ameaças à sua segurança física e psicológica (Brasil, 2005).

O reconhecimento legal das comunidades quilombolas no Brasil é uma questão importante que traz maior proteção aos remanescentes de quilombos, garante a justiça social, o respeito aos direitos humanos e a preservação das culturas quilombolas. Entretanto, os esforços para garantir esses direitos são grandes.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988, é o marco dessa regulamentação que reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. No entanto, isso não vem sendo o suficiente para que as comunidades obtenham a sua titularidade.

Pela primeira vez na história brasileira, a população quilombola foi inserida no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. De acordo com essa pesquisa, constatou-se que 1,32 milhão de pessoas brasileiras são quilombolas, ou seja, 0,65% do total de habitantes do país (IBGE, 2022). Essa pesquisa também traz dados importantes relacionados à demarcação das comunidades. Os territórios oficialmente demarcados para as comunidades quilombolas abrigam uma população de 203.518 pessoas, das quais 167.202 são quilombolas, representando 12,6% do total de quilombolas em todo o país. Apesar disso, somente 4,3% da população quilombola vive em territórios que já receberam a titulação no âmbito do processo de regularização fundiária.

“A luta pelo território cumpre um papel central na reivindicação de direitos dos povos quilombolas, pois do território depende o exercício de diversos direitos fundamentais” (CONAQ, 2020, p.36). O reconhecimento oficial das terras quilombolas é um processo moroso e burocrático que resulta em acesso limitado desses povos a serviços essenciais, como educação, saúde, infraestrutura básica e de políticas públicas, além da degradação ambiental e à exploração não sustentável dos recursos naturais.

Essa é a luta contemporânea dos remanescentes de quilombos: desconstruir os valores dessa sociedade do atraso, desvelando seu caráter e, a um só tempo, construir o direito à igualdade e, sobretudo, aos seus territórios tradicionais (Torres, 2021, p.189).

O reconhecimento e respeito pelos direitos das comunidades quilombolas são essenciais para sua dignidade, preservação cultural e desenvolvimento sustentável. Desafio que deve ser superado através de esforços contínuos de mobilização, colaboração entre as comunidades e organizações governamentais.

2.1 Sobre as Dandaras

Dandara é o grande símbolo feminino de resistência quilombola. Apesar de não existir evidências concretas da sua existência, para muitas mulheres ela é sinal de coragem e força. A história de Dandara relata que ela foi refugiada no Quilombo dos Palmares, casou-se com Zumbi, teve 3 filhos com ele e ainda conta que ela ajudava com a caça, a agricultura e a cuidado com os quilombolas da época, e organizou com estratégias alguns combates físicos. Ela morreu em 1964, quando se jogou de um penhasco para não ser presa pelos invasores que aniquilaram a sede do Quilombo dos Palmares. (Rodrigues, 2020).

Essa é uma história que não é contada como é contada a história de Zumbi. Ainda vivermos em uma sociedade patriarcal e sexista que impulsionou que muitas mulheres tivessem seus momentos gloriosos desmerecidos. Ainda assim, a garra e a força de Dandara estão presentes nas mulheres remanescentes de quilombos.

Atualmente nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. A mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais; na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. A mulherquilombola desempenha papéis importantes em sua comunidade. Ela muitas vezes é vista como uma guardiã da cultura, responsável por transmitir tradições, práticas espirituais e histórias que sustentam a identidade do grupo (Dealdina, 2020).

Além disso, as mulheres quilombolas frequentemente são líderes naturais, mediadoras de conflitos, educadoras e defensoras dos direitos humanos em suas comunidades. Para Silva (2020), “as mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão

registradas as estratégias de luta e resistência nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração” (Silva, 2020, p. 40).

Apesar de as mulheres quilombolas brasileiras exercerem o papel de luta pela preservação de suas comunidades, elas enfrentam uma série de desafios que afetam sua participação na sociedade e sua busca por melhores condições de vida. Dealdina (2020), secretária executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), menciona que a liderança das mulheres quilombolas desempenha um grande papel na luta política pelo território, pois elas mantêm, fortalecem o pilar principal da comunidade que é a coletividade (Dealdina, 2020).

A mulher quilombola é uma figura fundamental na luta por justiça social, igualdade e preservação da cultura quilombola, mas é a que mais enfrenta obstáculos que são determinados pela desigualdade de gênero e raça existentes no Brasil. “Os quilombos resistem há séculos à violência racista do Estado brasileiro e de agentes privados detentores do poder. A luta negra quilombola está representada nos quilombos que até hoje lutam por igualdade social, racial e de gênero” (Dealdina, 2020, p. 25).

As mulheres quilombolas enfrentam desafios como o acesso limitado à educação de qualidade, a falta de serviços de saúde adequados, a discriminação racial e de gênero, além da dificuldade de acesso à terra e ao trabalho. Outro desafio enfrentado pelas mulheres quilombolas é a violência de gênero. Elas são muitas vezes alvo de discriminação e violência, o que limita sua autonomia e seu empoderamento. A desigualdade de gênero afeta sua participação política e seu acesso a recursos e oportunidades. Ser mulher quilombola e lutar por um mundo livre de opressões traz o peso da idealização da mulher forte, incansável e que luta eternamente pelos seus direitos (Borges, 2020). Apesar de toda força relacionada à mulher negra e quilombola, essa imagem deve ser desmistificada. Apesar de que a força tenha sido por muitos anos sinônimo de sobrevivência, não se pode e nem se deve entregar mais um peso a essas mulheres, elas têm todo o direito de demonstrar fraqueza e fragilidade quando convém. Mônica Moraes Borges, Mulher quilombola do Território Étnico de Alcântara, no Maranhão (in Dealdina, 2020) ressalta que:

Hoje entendo que ser mulher quilombola tem a ver com força, mas não significa ser forte sempre; não significa lutar a todo instante, mas é travar uma vida de batalhas intermináveis. E, sobretudo, tem a ver com RESISTÊNCIA. Resistiram por mim, e eu continuarei resistindo, pois eu sou porque nós somos. UBUNTU! (Borges, 2020, p.162).

A mulher remanescente dos quilombos ainda está na base da pirâmide social, por ser mulher (que sofre na sociedade patriarcal, machista e sexista), por ser negra (sofre por viver numa sociedade racista) e, muitas vezes, ser pobre (sofre numa sociedade classista). Nesse ponto, visualizamos melhor o contexto social vivenciado por essa mulher.

Assim, a compreensão das particularidades da mulher negra e quilombola demanda o reconhecimento de que ela permanece situada em uma posição de opressão pré-estabelecida. Dessa forma, é inegável empreender esforços para aprimorar sua condição na sociedade a partir de pensamentos antirracistas e antissexistas, admitindo que a “percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito” (Collins; Bilges, 2020, p. 31).

Contudo, para superar esses entraves, é fundamental que as mulheres quilombolas tenham seus direitos reconhecidos e que sejam implementadas políticas públicas que atendam às suas demandas específicas. A participação ativa do Estado na formulação e implementação de políticas públicas é essencial para transformar a realidade dessas mulheres e promover a justiça social.

3 CONCLUSÃO

A história de resistência à escravidão através dos quilombos demonstra ser uma luta incansável contra o racismo, a discriminação e as injustiças sociais cometidas contra

o povo negro. Ser negro no Brasil é vivenciar todos os dias uma realidade marcada por desigualdades históricas e estruturais. Silvio de Almeida (2019) discorre que o racismo pode ser histórico e político, pois são essas características que criam as condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam sistematicamente discriminados (Almeida, 2019). Embora haja avanços, o racismo está presente como uma ferramenta de dominação para atender a necessidade de a sociedade capitalista manter os privilégios das elites e as hierarquias sociais (Moura, 2020).

A persistência em existir das comunidades remanescentes de quilombos é a afirmação de resistência e força do povo quilombola diante dos desafios que enfrentam como o reconhecimento e titulação das terras; acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento, entre outros; conflitos fundiários com empresas e fazendeiros e a dificuldade em preservar sua cultura em um contexto de grande influência de culturas não quilombolas. As

mulheres quilombolas desempenham um papel vital nessa preservação, mas enfrentam obstáculos significativos devido à falta de apoio governamental adequado.

A criação de políticas públicas inclusivas que reconheçam e valorizem a liderança feminina nas comunidades quilombolas é essencial para a preservação da cultura, a promoção da equidade e o fortalecimento dessas comunidades. É fundamental que o poder público reconheça a contribuição das mulheres quilombolas e adote medidas para garantir sua participação ativa no desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

A invisibilidade histórica das mulheres quilombolas na sociedade e a falta de representação adequada em órgãos de decisão podem perpetuar desigualdades de gênero e raça. Além disso, as condições econômicas desfavorecidas que muitas vezes prevalecem nas áreas quilombolas também podem restringir o acesso das mulheres a recursos, serviços de saúde, educação e oportunidades de emprego, tornando ainda mais vital o desenvolvimento e a implementação de políticas inclusivas.

No entanto, a superação desses desafios é fundamental para garantir que as mulheres quilombolas tenham a oportunidade de prosperar em suas comunidades ou mesmo fora delas. Isso exige a adoção de uma abordagem holística que leve em consideração não apenas as dimensões de gênero, mas também as especificidades culturais, socioeconômicas e de raça das comunidades quilombolas. À medida que as políticas públicas avançam em direção a uma maior inclusão e equidade, as mulheres quilombolas devem ser vistas como agentes de mudança e liderança em suas próprias terras, capacitadas para moldar seu próprio futuro e contribuir para melhoria e visibilidade das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo. Sueli Carneiro; Pólen, 2019

BORGES, Mônica Moraes, Mulher quilombola em primeira pessoa. In: DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Brasília-DF, 2005.

BRASIL. 2003. **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

BRASIL. 1988. "**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**". promulgada em 5 de outubro de 1988", art. 68.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2. Ed. São Paulo: São Paulo, 1958.

COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONAQ. Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela. In DEALDINA, Selma dos Santos (org.) **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

IANNI, Otávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica**. n.41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil**. Textos escolhidos de Clóvis Moura, Brasil: Editora Terra sem amos, 2020.

Moura, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. Teresina: EdUESPI, 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Dandara, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do Quilombo na África**. In: Revista USP, n. 28, São Paulo, 1996

Rodrigues, Júlia. **Narrativas Negras: Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras**. Coletivo Narrativas Negras. Editora Voo. 2020.

SILVA, Gilvânia Maria da, Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

SOUSA, A. C., Lima, D. G., & Sousa, M. A.. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In S. S. Dealdina (Org.), **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas** (pp. 87-96). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020

TORRES, Paulo Rosa. **Remanescentes de Quilombos: escravatura, disputas territoriais e racismo institucional**. Belo Horizonte: Dialética, 2021.